

Propostas de energia solar de interesse social

Governo Lula primeiros 100 dias

- Atuação proativa do MME junto à ANEEL, em conjunto com o Ministério da Cidadania e o do Desenvolvimento Regional, para regulamentar a implantação do **Programa de Energia Renovável Social - PERS** (Art 36º, Lei 14.300/2022), tendo as comunidades locais como protagonistas do processo de planejamento e instalação de sistemas fotovoltaicos, com capacitação local e planos de transição para autogestão. Os Ministérios da Cidadania e de Desenvolvimento Regional integrarão as políticas de erradicação da pobreza ao PERS e às instâncias estaduais e municipais.
- Elaboração de plano de trabalho do Ministério do Desenvolvimento Regional, CAIXA e construtoras, para que empreendimentos do **Minha Casa Minha Vida** (principalmente faixas 1 e 2) incluam sistemas de geração própria de energia solar fotovoltaica (nos termos do Programa de Energia Renovável Social - PERS), com mecanismos de autogestão e autonomia dos moradores para manutenção
- Criação do **Conselho pela Transição Energética Justa no Brasil**, reunindo instituições do setor público, privado, academia, sociedade civil e de coletivos e movimentos sociais para produzir recomendações de políticas públicas e participar de instâncias de decisão sobre políticas, programas (como o PERS) e projetos de infraestrutura, como o CNPE, CONAMA, Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, o Conselho Nacional da Amazônia Legal e outros. Referência europeia: [fair-energy-transition.eu](https://www.fair-energy-transition.eu).
- **Apoio para ONGs** que utilizam energia solar fotovoltaica, através de incentivos na compra dos materiais e disponibilização de verbas